

Ceilândia há oito anos com problemas

Gerson Menezes

Ceilândia completa oito anos enfrentando uma séria crise no comércio, que já determinou a queda, de janeiro para cá, de 30 a 40 por cento nas vendas de mercadorias, segundo admitiu ontem o presidente da Associação Comercial e Industrial daquela cidade-satélite, Lourival da Silva.

O presidente da entidade classista vê nessa queda uma decorrência do índice de desemprego na construção civil, que vem se acentuando e que é responsável também — acrescenta — por outro sério problema enfrentado pela população: a criminalidade.

Num balanço rápido, ele coloca esses dois problemas entre os mais sérios da cidade que comemora seus oito anos até o dia sete do mês que vem. Para o primeiro, ele não vê uma solução a curto prazo, mas em relação à falta de segurança reivindica um maior policiamento, «como a forma mais rápida de combater a criminalidade».

— Nós só temos aqui na Ceilândia, desde que ela nasceu, uma delegacia para atender a oito setores: a QNO, Ceilândia Norte e Sul, Guariroba, setores P Norte e Sul, e além do mais a QNL e a M Norte, de Taguatinga. A cidade cresceu muito mais do que o policiamento e como há dias em que na delegacia só há duas viaturas, às vezes elas estão atendendo a uma ocorrência e surge outra, que não pode ser atendida. Como o número de policiais também é muito pequeno, freqüentemente eles são chamados a um determinado setor onde o grupo de marginais é muito maior, e não podem agir. Há também o 2º Batalhão da Polícia Militar, mas o contingente é igualmente muito pequeno, bem como o número de viaturas.

O presidente da Associação admite que aumentar o policiamento seria somente «o meio mais rápido» de agir contra a criminalidade, mas não uma solução, pois não contribuiria para combater uma de suas principais causas, que é justamente o desemprego. Ele citou o caso de duas ou três pessoas que conhecia e que foram assassinadas durante assaltos ou brigas, mas antes de estarem desempregadas tinham outro comportamento. Lembrou o caso de «Cearazinho», que apareceu morto atrás do Cine Bandeirante. Antes de se envolver com marginais — recorda Lourival — ele trabalhava como eletricitista e freqüentava inclusive áreas próximas à sua residência, sem nunca ter sido visto em atitudes suspeitas. «Como, no entanto, foi dispensado da obra e não arranhou mais emprego, a vida apertou e ele acabou se envolvendo com marginais».

Lourival argumenta também que a própria falta de infra-estrutura da



Criada há 8 anos para abrigar os moradores das invasões do DF, a Ceilândia, até hoje, enfrenta sérios problemas com a falta de infra-estrutura urbana e a atual crise de desemprego que afeta seus moradores aumenta cada vez mais o índice de criminalidade

cidade contribui para facilitar a ação do marginal, como a inexistência de eliminação em muitos setores. «O bandido encontra condições para se esconder e para agir, e tem dias que é um verdadeiro banguê-banguê», afirma, acrescentando que, no governo anterior, recorreu várias vezes ao então secretário de Segurança e atual governador, Aimé Lamaison, no sentido de aumentar o policiamento. «Na ocasião, fomos comunicados de que não havia pessoal suficiente, mas o então secretário mandou algumas viaturas da Operação Especial, que atuou durante cerca de 15 dias».

— Quando as ruas estiverem todas construídas e iluminadas, será muito mais fácil combater o crime — acrescentou, argumentando em seguida que fechar as lojas comerciais jamais seria a solução acertada, porque nessas horas o movimento diminuiria e, com as ruas desertas, as quadrilhas teriam mais condições ainda de agir.

Apesar de o policiamento ser citado com freqüência como uma forma de conter o banditismo, no caso da Ceilândia, como em todos os outros centros urbanos com população de

baixa renda, a ação mais eficaz estaria no combate às suas causas, e não às suas conseqüências. Esta é a opinião de muitos estudiosos do assunto, mas apesar disto a que vem sendo seguida com menor freqüência, no que se refere à sua efetivação.

No caso da Ceilândia, sem infra-estrutura básica, com muitos barcos, poeira e miséria, e com famílias inteiras vivendo em condições sub-humanas, o que se constata, efetivamente, é um alto índice de desemprego, que já vem determinando, inclusive, a busca de outros mercados de trabalho por quem não consegue serviço no capital do país.

Como a população é de baixa renda e as famílias, de um modo geral, têm muitos componentes, o desemprego pode significar o desespero e a procura alucinada de solucionar os problemas que surgem em casa, como a fome. Sem poder oferecer mão-de-obra especializada e sem outra fonte de renda, os trabalhadores partem para a busca de algo que lhes assegure ao menos o sustento da família e, não raro, caem na criminalidade. Em casos mais raros, conseguem algum

dinheiro e resolvem partir, sem muitas perspectivas, para outros centros urbanos, à procura de emprego, o que se constitui em outro problema social.

Irene Queiroz de Souza, moradora do lote de número sete, do conjunto J, na QNM 23, conta que seu marido teve que sair à cata de emprego e agora está em Catalão, no Estado de Goiás. Deixou os quatro filhos com a mulher e viu na viagem a única solução, pois não encontrava emprego (como carpinteiro) há quatro meses. «Ele está trabalhando, mas não é fichado» — explica Irene, a mulher, referindo-se assim à absoluta falta de segurança no serviço, outra constante na vida do trabalhador de baixa renda.

Na época em que conseguia emprego, o marido de Irene teve o cuidado de, «com muito sacrifício», construir sua casa de alvenaria no lote que agora está sendo regularizado pela Terracap. A casa foi construída aos poucos, com os recursos que conseguia juntar, mas não está totalmente concluída. O contrato com a Terracap, para aquisição do lote, foi

assinado no início do ano, após o pagamento de uma taxa em torno de Cr\$ 800. Agora, Irene está à espera dos carnês para o pagamento das prestações, de Cr\$380,00 por mês, em cem meses, sendo o preço total do lote de Cr\$ 30.200.

No mesmo lote de propriedade de Irene, num barraco de sete cômodos, mora Mosenira dos Santos Agostinho, cujo marido também estava desempregado e só conseguiu arranjar serviço em Iturubi, no Estado do Pará, «de onde vai mandar algum dinheiro». Irene, na verdade, vem tentando viver com o aluguel do barraco, de Cr\$ 1.500 por mês, mas como o marido de Mosenira também estava desempregado, as duas esperam que o dinheiro chegue pelo correio. O marido de Mosenira trabalha como armador e foi para o Norte do país há quase dois meses, de onde está mandando, segundo comunicou a mulher, dois mil cruzeiros, que ainda não chegaram. Com o dinheiro dá para pagar um mês do aluguel, sobrando Cr\$ 500 para todas as outras despesas. «Acho que é por isto que o povo dana a roubar», ex-

clama Irene Queiroz, que se confessa, em seguida, descrente de que «esta Brasília melhora».

Este índice de desemprego é um dos mais sérios fatores determinantes da crise na atividade comercial, segundo Lourival da Silva. «Como a população masculina é quase toda constituída de operários — explica — e grande parte deles está desempregada, a freguesia, obviamente, diminuiu, porque se não há emprego não há, conseqüentemente, dinheiro para comprar mercadorias». O início da crise começou a ser sentido com mais força a partir de janeiro, ainda segundo Lourival, devido às festas de fim-de-ano, quando todos aumentam os seus gastos e quando as firmas — que também passam por este processo — dispensam um maior número de empregados. O mercado de trabalho, em consequência, se fecha, e os trabalhadores, dentro de pouco tempo, ficam absolutamente sem recursos. O reflexo imediato é sobre as vendas do comércio, que caíram de 30 a 40 por cento.

O presidente da Associação Comercial, que também é vice-presidente da Associação dos Moradores da Ceilândia, desmentiu que as duas entidades venham fazendo ou tenham feito oposição à atual administradora da cidade, Maria de Lourdes Abadia Bastos. Na época em que os novos administradores começaram a ser escolhidos, surgiram na imprensa versões de que as duas entidades rejeitavam o nome de Maria de Lourdes para um novo período, defendendo a nomeação de um homem para ficar à frente da comunidade. O presidente da Associação, no entanto, garante que tudo não passou de um «mal-entendido», e explica: «A administradora, na época, nos comunicou a sua decisão de não continuar no cargo e acrescentou, inclusive, que já sabia quem iria sucedê-la. Era um homem — segundo afirmou — e para que a cidade não fosse administrada por um elemento estranho à comunidade, durante as reuniões para escolher os administráveis (a pedido do GDF) foram incluídos apenas nomes de candidatos do sexo masculino». Isto, no entanto, segundo Lourival, não impediu que o nome de Maria de Lourdes também fosse sugerido, «mas como ela disse que não iria continuar, não foi incluída na lista». Negando esta oposição, o presidente da entidade não teceu críticas à administradora e afirmou mesmo que os problemas da Ceilândia não podem ser atribuídos a uma falha na administração. As obras, como implantação de infra-estrutura (esgotos, urbanização) dependem sobretudo — explica — do GDF, e não de Maria de Lourdes, que a seu ver tem «feito o que está ao seu alcance».